

Notas sobre o Real: expulsões e sofrimento social das populações atingidas em Mariana/MG.

Notes on the Real: expulsions and social suffering of the populations affected in Mariana/MG.

Monique Sanches Marques*

Resumo

No sistema econômico capitalista, no caso da indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital. O território como espaço de interesse do capital, no caso específico do capital mineral neoliberal, cria todo e qualquer espaço num processo de longa duração induzido pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo. Essas atividades de extração mineral pautadas em acordos macropolíticos de grande interesse para o capital internacional acabam por desencadear processos de expulsões de populações que ocupam áreas ricas em recursos minerais. Como consequência, instauram-se processos de adoecimento e sofrimento social. Cria-se uma situação de terra arrasada onde pessoas atingidas e expulsas das suas cotidianidades vagam por entre seus sintomas e desejos relacionados à luta e/ou ao luto, a processos desejantes, processos metonímicos de resistência e/ou a capturas sintomáticas construindo refúgios metafóricos entorno de suas perdas. As reflexões desenvolvidas neste texto foram construídas a partir dos escritos de Freud e Lacan tomando-se os registros da psicanálise, principalmente a noção do Real, relacionando-o com os sintomas e adoecimentos dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. As interseções entre saber, poder e subjetividade desenvolvidas por Deleuze e Foucault subsidiam as análises das relações assimétricas e de dominação entre atingidos, Estado e empresas. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, no dia 05 de novembro de 2015, da mineradora Samarco, Vale, BHP Billiton traz para o debate os efeitos das expulsões, ficam questionamentos sobre as implicações do laço capitalista nos sujeitos e nos territórios.

Palavras-chave: Indústria extrativo mineral; rompimento da Barragem de Fundão/Mariana/MG; expulsão de populações; sofrimento social; psicanálise.

Abstract

In the capitalist economic system, in the case of the extractive-mining industry, ore is resource and commodity and, in this sense, the territory is a commodity. The territory as a space of interest of capital, in the specific case of neoliberal mineral capital, creates any space in a long-term process induced by the dynamics of capital whose scale is the world. These mineral extraction activities based on macro-political agreements of great interest to international capital end up triggering processes of expulsions of populations that occupy areas rich in mineral resources. As a consequence, processes of illness and social suffering are established. A situation of "devastated land" is created where affected people wander through their symptoms and desires related to struggle and/ or mourning, desiring processes, metonymic processes of resistance and/or symptomatic captures building metaphorical refuges surrounding their losses. The reflections developed in this text were built on the writings by Freud and Lacan taking the records of psychoanalysis, mainly the notion of "real", relating it to the symptoms and illnesses of those affected by Fundão Dam. The notions between knowledge, power and subjectivity developed by Deleuze and Foucault support the analysis of asymmetric relationships and domination among the affected people, State and companies. The rupture of the Fundão dam in Mariana/MG on November 5, 2015, of the mining company "Samarco, Vale, BHP Billiton" brings to the debate the effects of expulsions and questions remain about the implications of capitalist ties in subjects and territories.

Keywords: Mineral extractive industry; Fundão dam; Mariana; rupture; expulsion of populations; social suffering; psychoanalysis.



Sobre processos de expulsões e desterritorializações



Nas últimas décadas identificamos como um grande problema da economia política global o surgimento de novas lógicas de expulsão. Refugiados de Guerra, o aumento da população de desempregados, de encarcerados, de sem-teto, de expropriados de seus modos de vida, de desterritorializados, de corpos singularizados por desapropriação, de megaestruturas definindo a ocupação e o esvaziamento dos territórios, o comprometimento do meio ambiente e da biosfera acabam por gerar movimentos de expulsões. A socióloga Saskia Sassen (2016) propõe o estudo dessas expulsões como novos agenciamentos para compreender a lógica sistêmica que vem se afirmando na economia política global a partir dos anos 1980. A busca por mais lucro ocupa o lugar do anseio neoliberal do *welfare state* e está conectada a uma rede de ações e agentes que provocam essas expulsões e as transformam em formações predatórias e processos, muitas vezes, irreversíveis. No sistema econômico capitalista, tendo por recorte a indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital. O território como espaço de interesse do capital, no caso específico do capital mineral neoliberal, produz uma singularidade porque cria todo e qualquer espaço em um processo de longa duração induzido pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo. É nessa seara que as narrativas se inscrevem neste texto, para falar de territórios, populações e de suas expulsões de casa, estando seus destinos engredrados em acordos geopolíticos transacionais macropolíticos, muito além da vida cotidiana das comunidades que habitam essas áreas de grande interesse para o capital internacional.

Sabe-se que o recurso mineral é localizacional e, por isso, no campo da mineração, defende-se a realocação ou mesmo a

Figura 01: Paracatu de Baixo, Subdistrito de Mariana, área atingida pelo rompimento da barragem de Fundão. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão “Narrativas Atingidas”, PROEX, DEARQ/UFOP. 2018.

expulsão das populações que estiverem sobre essas áreas. Em territórios ricos em recursos minerais, o que se observa, via de regra, é o confronto entre o corpo material em luta e o luto de quem reivindica suas terras, além da presença imaterial de um capital transnacional que impera e captura forças. Os agenciamentos micropolíticos cotidianos das populações que reivindicam suas terras, seu direito de ocupar, morar, trabalhar e produzir são colocados em posição contrária a uma presença imaterial de um capital transnacional. Mas o que o capital hegemônico identifica e reconhece é que as terras, muitas vezes ocupadas por povos rurais, negros e indígenas, são ricas em minério em seu subsolo. Para essas comunidades, ocupar essas terras ricas em recursos é definir involuntariamente sua desterritorialização, seu nomadismo. O Direito Minerário brasileiro se sustenta por princípios básicos, sendo um deles, de matiz constitucional, capaz de definir que as riquezas minerais existentes no subsolo são de propriedade da União Federal (CF, art. 20, inciso IX e art. 176, § 1o). No Brasil, a exploração do subsolo possui primazia dos interesses da mineração, sejam eles as áreas a serem lavradas, as cavas, terrenos para construção de equipamentos, vias e depósitos de rejeitos, dentre desses, as barragens[1].

Considerações sobre o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG

No dia 5 de novembro de 2015, a Barragem de Fundão em Mariana/MG, da mineradora Samarco, uma empresa *joint venture* da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton se rompeu liberando aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração que percorreram aproximadamente 600km entre os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a foz do Rio Doce em Regência-ES.

Este desastre-crime sociotecnológico afetou e afeta biomas e comunidades da Bacia do Rio Doce. Nesse contexto, populações foram radicalmente desterritorializadas, o que provocou e vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais muitas vezes irreversíveis, envolvendo questões relacionadas à perda de moradia, de tradição, de memória, alterações das atividades econômicas e sociais, da saúde mental e física dessas comunidades. Esse evento insere essas populações atingidas em situações de sofrimento social. Essa atividade extrativista, acompanhada de degradação, violência e precarização definem o

Brasil como um país minerador com suas particularidades e nos faz questionar nosso modelo de sociedade e de desenvolvimento. Após quatro anos e nove meses desse desastre, o que se vê é o protagonismo da empresa e a convivência do Estado com relação à execução das reparações, dos reassentamentos ou outras formas de ressarcimentos. O que se percebe é um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. Este desastre sócio-tecnológico mostra a emergência de se enxergar as pessoas colocadas sob o julgo da manutenção e da expansão da exploração mineral no Brasil.

No caso do rompimento da barragem de Fundão, comunidades que nunca tiveram contato com a mineração, hoje são dependentes dela, passaram a se orientar pelas intervenções das empresas, alterando seu cotidiano e tendo que negociar dia a dia seus direitos mais básicos. Essas pessoas perderam suas casas, seu trabalho, sua saúde e hoje vivem à deriva esperando por reparações ou outros processos de ressarcimentos. Suas relações de autonomia foram substituídas pela relação de dependência, típica das localidades onde está presente a atividade minerária. Os primeiros contatos de muitas das populações atingidas pela mineração ocorreram em razão da chegada da lama de rejeitos. Antes desse evento, não mantinham nenhum vínculo com as atividades minerárias. Hoje são dependentes das empresas para morar, para comer, para viver. Com relação às casas, vilas inteiras foram extintas. Muitas dessas pessoas atingidas desde o rompimento moram em imóveis alugados pela empresa, casas essas que nem sempre estão próximas às localidades de onde vieram e que não possibilitam a reprodução mínima de seus modos de vida. Estão em curso constantes processos de desterritorialização que acabam por atualizar a dinâmica de um crime que não termina.

Essas populações de desalojados, de desterritorializados estão em sua maioria associadas a corpos pobres, negros, marginalizados. No contexto da extração do minério no Brasil, é importante aprofundar acerca do conceito de racismo ambiental. Essa noção diz respeito à situação de risco que se encontram populações majoritariamente negras, pardas, indígenas. Há de se reconhecer um efeito desproporcional sobre alguns grupos étnicos em situação de maior vulnerabilização social e/ou econômica. Essas questões estão associadas às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre essas etnias e populações mais vulnerabilizadas, tenham elas ou não intenção explicitamente racista.

O distrito de Bento Rodrigues, com uma população 85% negra, se encontrava a pouco mais de 6 Km da barragem de rejeito de Fundão e a 2 Km da barragem do Santarém; o subdistrito de Paracatu de Baixo, com uma população 80%, negra se situava a pouco mais de 40 Km da barragem rompida; Gesteira, afastada 62 Km da barragem, apresenta 70,4% da população negra, Barra Longa, com 60,3% da população negra, dista 76 Km da barragem. Foram, sobretudo, essas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento (WANDERLEY, 2015 *apud* ZONTA, M.; TROCATE. 2016. p.33).

Flexibilização de legislação ambiental, sobrecarga das estruturas de barragens, ausência de controle e fiscalização estatal, ausência de alertas sonoros e planos de emergência são alguns exemplos de violências e violação de direitos quando se trata de terras ocupadas por essas etnias.

Associado a essa questão da brutalidade contra os mais pobres, há de se observar que a atividade mineradora, no caso brasileiro, remete-se a situações de trabalho degradante, mortes e mutilações. [...] Num universo de três milhões de trabalhadores da mineração no país, conforme menção da Frente Sindical Mineral (Ação Sindical Mineral, maio 2013), um milhão e meio são terceirizados e apenas quinhentos mil possuem carteira assinada. Para cada dez mortes na mineração, oito são terceirizados. (ZONTA, M.; TROCATE, 2016. p.10-11). Inevitável não associar crimes como este a outros também naturalizados como desapropriações e remoções de populações para a construção de megaempreendimentos imobiliários ou associados à construção de grandes infraestruturas, ou mesmo desertificações justificadas pelo agronegócio... a natureza desses processos é estrutural para a manutenção do sistema. São saberes e poderes sedentários esquadrihando e sobreedificando os territórios à sua exaustão. Genocídio, feminicídio, etnocídio, racismo, especismo...

Entre macropolíticas e arranjos cotidianos

Foucault, em *As palavras e as coisas* (1999), diz que “o poder não vê nem fala, mas faz ver e falar”. O poder não passa por formas e sim apenas por forças. O poder não fala e não vê,

mas faz falar e ver através de agenciamentos de enunciação (expressão) e agenciamentos maquínicos (conteúdo). A menção ao rompimento da barragem como acidente ou crime acaba por definir um posicionamento quanto a quem, de onde, por que e o que se fala, definindo um posicionamento político nesse jogo de forças. Ao fim, a guerra de narrativas ou a disputa pelos nomes atravessada por fluxos de poderes e subjetividades, passa a constituir territórios políticos: na direção de erguer pousadas de acúmulo ou de desbravar campos de luta.

Esse crime não é fato isolado e o que se observa é uma repetição quanto ao tipo de negligência ou às estratégias praticadas pelas empresas do setor da mineração, assim como se repete a inação do Estado. Se relacionarmos o protagonismo da empresa e a inação do Estado identificamos que o financiamento de campanha tem sido uma importante forma utilizada por empresas do grupo Vale para ter influência sobre os políticos eleitos. O setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. As empresas mineradoras têm por prática financiar diferentes partidos. Isso quer dizer que, seja qual for o resultado de uma eleição, sabe-se que a Vale SA estará invariavelmente no poder. Os processos de segregação e pobreza são meticulosamente pensados. As minorias são consideradas e devem continuar a ser mantidas como minorias para que o sistema continue em funcionamento. Alguns precisam ter muito pouco, ou quase nada, para que outros tenham em excesso. Dentro desse espectro, é necessário que as condições de vulnerabilidades sejam aprofundadas e se ampliem. Desde o Brasil colônia, a extração mineral molda e configura espaços a seu gosto, sustentando-se em estruturas governamentais que promovem o capitalismo e que têm na exploração de recursos minerais uma de suas bases de reprodução.

Se o minério é capital, o território é capital. Essas associações circulam nas escalas macropolíticas assim como nas esferas dos arranjos cotidianos. Nas terras forjadas a minério de ferro, são registrados números crescentes dos chamados filhos das minas, crianças fruto de relações que duram o tempo do contrato dos trabalhadores que vivem nas cidades/vilas mineradoras e que depois retornam as suas cidades de origem deixando essas crianças órfãs de pai.

A subjetividade macropolítica e o pensamento dominante criam regras e padrões. Constituem-se por processos de construção de lugares que pressupõem a ação da racionalidade

e uma consequente adaptação ao estado do tempo e do espaço realizada de forma ordenada e repetitiva, estabelecida por diretrizes que, por sua vez, seguem normas e regras previamente definidas por saberes, poderes e subjetividades já reconhecidas. A racionalidade da padronização cria a civilidade, e o direito permite a industrialização da produção e cria mais eficiência nos processos, o que, por sua vez, permite a contínua aceleração desses mesmos processos. Racionalidade, cientificismo, homogeneidade, padronização, serialização geram uma ética e uma estética comum às situações de formalidade, centralidade e de riqueza das subjetividades hegemônicas. O padrão cria uma estética marcante nos espaços que são bem servidos pelas políticas públicas e privadas, pelas redes informacionais, pelas infraestruturas.

A construção e exploração de territórios minerados na atualidade são fundamentadas a partir desses conceitos de racionalidade, cientificismo, padronização e são produzidos segundo investidas de poderes e saberes de natureza macropolítica, produzidos pela subjetividade dominante. Essas investidas criam terras planejadas, modelizadas por saberes sedentários e foi nesses mesmos territórios controlados que o jorro de rejeito de minério se deu atingindo um percurso de mais de 600KM de terras e comprometendo a vida de mais de um milhão de pessoas.

Foucault (1979), discute que a economia política e a história econômica nos fornecem instrumentos para compreender as relações de produção, a linguística e a semiótica, as relações de sentido, mas quanto ao poder, só dispomos de instrumentos para compreendê-lo de um ponto de vista jurídico (o que legitima o poder?) e institucional (o que é o Estado?), mas não para compreendê-lo enquanto “técnica de subjetivação”. Essas especulações estão calçadas no questionamento específico das relações intrínsecas entre saber-poder-verdade. Foucault insistirá que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros. O poder funciona na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância e visando à otimização das forças que submete. O poder é destinado a produzir as forças que lhe interessa, ordenando-as e fazendo-as crescer.

Diante dos processos de expropriação dos atingidos, no caso de Fundão, interessa investigar frente a constituição e divulgação de saberes em discursos qualificados como verdadeiros e

a correlata desqualificação de outros (o eixo da verdade), bem como vinculação entre a dimensão discursiva e a esfera extradiscursiva ou as práticas sociais com a consequente conexão entre a ordem da verdade e os regimes de poder (o eixo do poder). Entrelaçam-se na construção das formas de pensar o exercício específico do saber, o exercício do poder que permeia esse saber (na composição de diagramas de forças) e os processos de subjetivação em jogo. Na visão foucaultiana, “o poder não vê nem fala, mas faz ver e falar”. Ver e falar encontram-se vinculados às relações de poder que resultam de forças móveis que se dissipam e que não se encontram do lado de fora dos saberes (estratos), mas são o seu lado de fora. Ver e falar são formas de exterioridade, o pensamento se orienta para um lado de fora que não possui forma. Ver é pensar, falar é pensar, mas o pensar opera na disjunção, no interstício entre ver e falar. Entre o poder e o saber há uma diferença de natureza – são elementos heterogêneos, mas mantêm uma pressuposição recíproca e capturas mútuas. O poder não passa por formas, mas apenas por forças. O poder não fala e não vê, mas faz falar e ver através de agenciamentos de enunciação (expressão) e agenciamentos maquínicos (conteúdo).

No desastre de Fundão, o sistema dos saberes e subjetividades macropolíticas estaria em questionamento se essa máquina de produção de sentidos não estivesse tão bem equipada do ponto de vista do poder. A associação entre essa tríade faz com que um crime dessa amplitude seja minimizado pelo judiciário e naturalizado por um conjunto considerável da sociedade ou mesmo que a natureza seja responsabilizada pelo evento. Em nome de uma certa noção de desenvolvimento e progresso, uma legião de desalojados vai se configurando: Mina Córrego do Feijão, Fundão, Santarém, Germano, Herculano, Rio Pomba, Macacos, Fernandinho, Belo Monte, Tucuruí, Furnas, Itaipú...

Mas os saberes científicos atrelados aos macropoderes e a subjetividade molar teriam mesmo falhado? O rompimento da barragem de Fundão marca, em nosso país, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo está associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minério tiveram um grande aumento – período no qual o Brasil ocupava o segundo lugar como país exportador de minério no mundo. Nesse período aprofundou-se a dependência do Brasil com relação ao setor minero-exportador. O mercado de minério, em geral, possui um caráter cíclico e, a partir de 2011, o que se viu

foi uma queda no preço do minério de ferro. Estudos e dados indicam uma associação entre rompimentos de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Existem indícios, principalmente relacionados ao aumento significativo dos acidentes de trabalho, que a crescente pressão de investidores pela manutenção dos níveis de rentabilidade antes alcançados tenha causado uma intensificação no processo produtivo e, possivelmente, negligência com relação aos aspectos de segurança.

Saber, poder e subjetividade são indissociáveis, mas interessa saber que tipo de poderes e subjetividades estão em jogo. Se são poderes molares e macros que trabalham enquanto hegemonia, no sentido de manter a reprodução de saberes em zona de tranquilidade, ou se são forças moleculares na direção de desestabilizá-los. Deleuze (1998) refere-se ao aparelho de estado como um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é o próprio Estado; é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Esta não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social. Deleuze (1998) continua dizendo que os indivíduos ou grupos são feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa. A primeira espécie de linhas que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura, molar (ou antes, família, profissão, trabalho, escola). Todas as espécies de segmentos são bem determinados, em todas as espécies de direções e nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas. Ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades e os grupos quanto os indivíduos. Estas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis. As máquinas de guerra seguem as linhas de fuga vindas do deserto, do fundo da estepe e penetrando no Império.

Nas terras arrasadas pela lama, vemos o jogo/jorro assimétrico

de poderes. Em escalas diferentes ouvimos os ditos da empresa atreladas ao estado e nessa paisagem desértica, sem gente, sem planta, sem rio e sem bichos ouvimos os gemidos daqueles que perderam tudo. Existe em curso uma blindagem do Estado Empresa com todos os mecanismos e aparelhamento que a subjetividade molar oferece, bem como o lamento e a luta de um povo sem Estado ou com um Estado com particularidades que o desvia de sua função. As casas caíram e junto delas um projeto de Estado de Direito. O que vem à tona em Fundão, bem como em outras terras atingidas é a assimetria de forças entre o aparelho de Estado e as Máquinas de Guerra. Essa situação de violência continuada cria, além de corpos desalojados e em espera, corpos adoecidos.

Notas sobre o Real

Estudos apontam que os impactos de desastres, como o de Fundão, afetam de forma distinta a saúde dos atingidos, com efeitos que variam de curto a longo prazo, a depender da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental do território. (ALDERMAN, K, TURNER, R, TONG, S., 2012). A curto prazo, em Mariana, configuram os dias que seguiram ao rompimento da Barragem e as missões de resgate que duraram aproximadamente 15 dias: além de oficializar as 19 mortes, registram-se ferimento leves, graves e mortalidade. Em um segundo momento, observa-se o surgimento de doenças transmissíveis e contagiosas pela exposição dos atingidos a contaminação, como dengue, diarreia, lesões de pele e doenças respiratórias, oriundas da contaminação pela lama tóxica e ocorre ainda a intensificação de doenças não transmissíveis, sendo a principal delas, a hipertensão. A longo prazo, os impactos na saúde são relacionados a doenças não transmissíveis como doenças crônicas e cardiovasculares e os transtornos mentais. (FREITAS, 2014).

No caso de Mariana, o diagnóstico do PRISMMA[2] (2018), indica que a prevalência de transtornos mentais relacionados ao estresse, como a depressão aparece em 28,9% da população avaliada, o transtorno de ansiedade generalizada em 32%, o transtorno de estresse pós- traumático em 12% e o risco de suicídio em 16,4%. A prevalência de depressão encontrada, por exemplo, é cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira. O relatório do PRISMMA conclui que a população afetada pelo rompimento

da barragem de Fundão em Mariana está extremamente vulnerabilizada quanto à saúde mental. O sentimento de angústia profunda é algo generalizado, com a perda de seus modos de vida, território, conexões sociais, trabalhos. O momento da perda é revivido cotidianamente, com a morosidade nos processos de reparações, que, associado às incertezas e violações de direitos, pode aumentar os índices de transtornos da saúde mental.

Às vezes, a gente vai na prefeitura e, na prefeitura, mandam a gente pra Renova, aí mandam na prefeitura de novo. Ficam empurrando. Eu tomava um remédio, agora, eu tomo nove, e, se eu não tomar, não sou ninguém. Minha família que me ajuda a comprar, porque, aqui em casa, ou a gente come ou toma remédio. A empresa chegou a prometer os remédios pra mim, mas não deram. Entreguei meus documentos [para Renova/Samarco], laudo médico, e os papéis sumiram. (Rosana Aparecida Pinto, Sirene ed. 24 05/03/2018)

Quase cinco anos após o desastre crime em Mariana quase nada foi feito no sentido de se reparar minimamente os atingidos dos danos a eles causados. Cria-se uma imagem de terra arrasada, expulsões, onde pessoas atingidas vagam por entre seus sintomas e desejos relacionados à luta e/ ou ao luto, a processos desejantes, processos metonímicos de resistência ou a capturas sintomáticas construindo refúgios metafóricos entorno de suas perdas.

O rompimento de Fundão pode ser entendido como a irrupção do Real no sentido psicanalítico do termo. Tomando a passagem de 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito de minério sobre pessoas, animais, rios, vilas inteiras a uma altura média de 15 metros em fração de segundos, arriscamos tomar esse fato como um contato dessas populações atingidas com o Real para depois tentar simbolizar das mais diferentes maneiras... pela via do desejo e/ou pela via do sintoma.

O Real, uma categoria estabelecida por Lacan, só pode ser entendido em conexão com as categorias do Simbólico e do Imaginário. Lacan introduz esse ternário no campo analítico durante sua conferência intitulada *O simbólico, o imaginário, o real*, pronunciada em 1953, durante a abertura das atividades da Sociedade Francesa de Psicanálise (Société Française de Psychanalyse). Nessa conferência Lacan apresenta a

confrontação destes três registros, que se trata dos registros essenciais da realidade humana, registros bastante distintos.

Nessa perspectiva, o Real é definido como o que escapa ao simbólico, o Real não pode ser nem falado nem escrito. Assim, está relacionado com o impossível, definido como “aquilo que nunca deixa se escrever em si”. E porque não pode ser reduzido ao significado, o Real não se presta facilmente à representação imaginária unívoca. O Real situa o simbólico e o imaginário em suas respectivas posições. No *Seminário III* Lacan nomeia o Real como o que volta sempre ao mesmo lugar, como os astros, as estrelas. Aqui também, o Real vai ser por ele definido como o que escapa à simbolização: “na relação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade de que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no Real” (LACAN, 1992). O simbólico estrutura a realidade e, como consequência, o sujeito só tem acesso ao mundo na medida em que, além do imaginário, das significações, ele faz uso do significante. Lacan define o Real como sendo da ordem do impossível. O Real não é um contínuo opaco, ele é feito de cortes. Trata-se, então, da relação do sujeito entrando no corte, num acontecimento denominado de Real, mas que não é simbolizado por nada. Vê-se, aqui, que o Real é da ordem da Coisa. Nesse campo, pode-se relacionar o momento da passagem da lama como o contato com esse Real que não é simbolizado, com esse corte. Os processos posteriores relacionados ao luto e à luta destas populações estariam associados aos processos de simbolizações.

Segundo a formulação freudiana de 1924, o Real não o que é encontrado, mas o que é reencontrado. Se é verdade que o Real tem de ser reencontrado, e que, para um sujeito histórico, o objeto de desejo é por essência o objeto perdido, a “primeira” pessoa provedora, cuja repetição está consequentemente vedada, esse Real se definirá precisamente como o impossível.

No campo da psicanálise, a relação do sujeito com a ordem simbólica ou com os processos de subjetivação é marcada por uma falta a ser. O ser que os processos de subjetivação conferem ao sujeito é marcado pela falta. Por isso, diz-se em psicanálise que se trata de um processo de mortificação, uma vez que tudo que constitui o sujeito – marcas, nomes, registros – não vem dele, mas dos processos de subjetivação anteriores ao próprio nascimento desse sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito é mortificado pela falta a ser, uma vez que se constitui a partir do campo do grande Outro, da cultura. Por outro lado, os restos

que se furtam à simbolização significativa vêm completar o sujeito do corpo mortificado e acabam por atribuir singularidade aos sujeitos. Em psicanálise diz-se que o resto, que não é propriamente simbolizado, tem a ver com o desejo, ou seja, com o que é mais singular para um sujeito. O que se busca, por meio do desejo, uma vez subjetivado pela falta a ser é um pouco mais de ser. O desejo manifesta-se como vazio que tende para fora de si em busca de preenchimento, ou do restante, que falta. A psicanálise refere-se ao desejo como que nascido de uma perda irreparável do objeto proibido pela censura (ou pela Lei, instância simbólica). Nesse sentido refere-se ao desejo como uma busca indefinidamente repetida dessa perda que não cessa de ser presentificada por outros objetos, sob aspectos aparentemente irreconhecíveis.

Nessa direção sob o signo da falta, o desejo tem seu objeto como algo irrecuperavelmente perdido. Daí, a procura indefinidamente repetida e o encontro com a perda, que não cessa de manifestar-se por meio de objetos substitutivos. Por isso, diz-se que a dimensão do desejo não se confunde com a das necessidades nem com os objetos da realidade, mas leva a um sistema de signos que se referem à cadeia significativa ou aos objetos alusivos ao objeto perdido. Com a psicanálise, observa-se que o processo de busca por satisfações substitutivas é entranhado no inconsciente e percorre a vida das pessoas. Freud considerava o desejo inexorável e destrutivo. O caráter de repetição representado pela busca indefinidamente repetida dessa perda não cessa de ser presentificada por outros objetos, atribuindo ao desejo o estatuto de um denominador comum e mostrando que ele se depara sempre com faltas. O desejo se mantém, o que passa por transformações é a forma pela qual um sujeito, diferenciando-se dos outros, vê essa falta. Uma vez que o desejo diz da busca por um objeto perdido, resta saber como se realiza essa busca. Essa consiste em uma série de transfigurações pelo objeto perdido, estando associada a uma falta primordial. O que parece ser a busca de um objeto é a busca por uma falta, marcha prospectiva ao infinito do desejo. Trata-se da dimensão metonímica do desejo, em que um significante se desloca para outro, em relações infinitas, mas entorno do vazio deixado pelo vazio do objeto perdido.

Ao abordar o desejo como a sobra ou o resto da ação simbolizadora, mas que se revela por meio da cadeia significativa, pode-se dizer que não cabe entender o desejo como desarranjo do instinto, mas como uma particular subversão através de

sua articulação simbólica, que é o que constitui a dimensão do desejo como estando sempre em um outro nível com relação ao plano da necessidade concernente ao instinto. O desejo, no que diz respeito à subversão do instinto, em sua articulação com o registro simbólico, não se satisfaz, como a necessidade, com a obtenção deste ou daquele objeto em particular. Sob essa abordagem, pode-se abolir o ponto de vista naturalista ou biológico, que trata o desejo como apetência de satisfação de uma necessidade; ele é indestrutível e diferente de qualquer satisfação de necessidade. Nessa direção, o desejo não se satisfaz pelo consumo de algo, ele está articulado a uma busca e se insere no discurso inconsciente do sujeito.

Na perspectiva psicanalítica, o desejo, vinculado à cadeia significativa, emerge na vida das pessoas pela repetição. Invariabilidade e variabilidade marcam as relações do sujeito com o desejo: invariabilidade do objeto perdido, causa do desejo; e, variabilidade dos inúmeros objetos que circundam essa perda. O desejo caracteriza-se paradoxalmente, pela permanência, mas também é mobilizado metonimicamente pelos imprevistos. A permanência refere-se à imutabilidade do desejo. Afinal, o objeto causa do desejo é permanente. O aspecto metonímico destaca-se pelas transfigurações que o objeto do desejo sofre nas tentativas de cada um se satisfazer.

A falta causada pelo objeto perdido é que, segundo a psicanálise, atrai o sujeito que, por sua vez, responderia a um momento miticamente passado. O desejo, então, se faz pela construção de uma temporalidade, caracterizada pelo movimento de retroação, e não simplesmente por um movimento de acoplamento do tempo numa sucessão linear. O desejo constitui-se como temporalidade e se associa à memória, desligando-se do dado presente e encontrando mediações que o remetem ao ausente. Ligado ao traço da memória, o desejo busca realizar-se pela reprodução alucinatória das percepções antigas nas percepções presentes, que se tornam, pela via da substituição, sinais precários de sua satisfação. (CHAUÍ. *In*: NOVAES. (Org).1997. p.25.). A relação do passado não implica na reconstrução da história do sujeito, mas se trata de recuperar aquilo que ficou inscrito no sistema simbólico e que conta eficazmente para o sujeito. A relação do desejo com a historicidade do sujeito não remete ao passado como totalidade ou dimensão factual, mas tem como objetivo recuperar um elemento que foi perdido no encadeamento da história simbólica do sujeito. A relação do desejo com o passado implica em recuperar o passado reprimido que está organizado

em função de um sistema simbólico. Os movimentos de retroação do desejo em relação à historicidade do sujeito articulam-se à repetição característica da operação do desejo. Aquilo que insiste e retorna é mobilizado na tentativa do acesso ao objeto perdido. As transformações sofridas pelo objeto sustentam-se na movimentação de significantes que se repetem, deslocam-se e substituem-se na movimentação de significantes que se repetem, deslocam-se e substituem-se, remetendo sempre aos acontecimentos marcantes da história do sujeito. O movimento ininterrupto e atualizado da cadeia significativa é responsável pela força da atividade desejante. O movimento dessa cadeia acompanha, preserva e alimenta o desejo.

O sujeito predeterminado pela ordem simbólica pelo nome que recebe ao nascer, pelo legado familiar e pelas heranças sócio-culturais que o situam no mundo, é focalizado, com Lacan, enquanto falado antes de falar: ele é o que se diz dele e, até mesmo antes de chegar ao mundo, já está predeterminado pelos atributos simbólicos que a cultura lhe confere. Com Lacan, o sujeito é sempre determinado pelo Outro: é falado a partir do lugar do Outro, a partir do campo da linguagem. O Outro de que se fala não é o próximo, o semelhante, mas o conjunto de referências simbólicas que dizem respeito ao sujeito, ou seja, à cultura. Dizemos que a ordem simbólica, a cultura, constitui o registro do reconhecimento. O Outro simbólico diz respeito ao lugar que representa a ordem dos significantes que estão em relação de exterioridade com o sujeito. Já que o desejo diz do mais particular do sujeito, e, uma vez que está metonimicamente articulado à cadeia significativa, ao manifestar-se, usa dos significantes e revela as singularidades de cada um. Nessa perspectiva, por meio da construção simbólica, da linguagem, o sujeito depara-se com a revelação e reconhecimento do desejo. O desejo inscreve-se e é revelado por meio da linguagem da cadeia significativa em que o sujeito, ao longo de sua história pessoal, manifesta relação com suas privações. Em psicanálise, diz-se que a relação do desejo com a cadeia significativa é marcada por manifestações inconscientes. Consequentemente, nessa dinâmica inconsciente, o desejo corrompe a estrutura neutra da cultura por meio do não idêntico, construindo singularidades.

A psicanálise, porém, diz que andar às voltas com o desejo pode ser, também, não sustentá-lo, ou seja, afastar-se dele ao dirigir-se para o lado oposto. Freud desenvolve a formulação, retomada mais tarde por Lacan, de que o inconsciente tem duas maneiras de manifestar-se com relação as proibições que acometem a

vida do sujeito: o deslocamento e a condensação. Tratam-se de duas possibilidades de articulação entre os significantes que nos remetem, respectivamente, ao desejo e ao sintoma.

O movimento metonímico do desejo caracteriza-se pelo deslizamento de significantes que se repetem e deslocam-se, remetendo o sujeito aos acontecimentos marcantes de sua vida e do seu desejo. O que retorna e insiste, por meio da dinâmica metonímica ou do deslizamento de significantes, é a presença do objeto perdido. É importante lembrar que o movimento ininterrupto e atualizado da cadeia significante é responsável pela atividade desejante.

O sintoma, por sua vez, caracteriza-se pela condensação de significantes, pela substituição de um significante por outro, numa operação que, no âmbito da linguagem, refere-se à metáfora. Assim, no sintoma, o desejo acaba por se resvalar, em função de satisfações substitutivas, que tentam escamotear que o objeto do desejo é, fundamentalmente, um objeto perdido. Por isso, pode-se conceber, no sintoma, um desejo que não se sustenta.

Michel Foucault, em *o Nascimento da Clínica* (1979) refere-se ao sintoma a partir da linguagem. Ele parte de uma análise linguística do sintoma, definindo-o como significante cujo significado é a doença. O sintoma é a forma como se apresenta a doença, de tudo que é visível, ele é o que está mais próximo do essencial; ele é a transcrição primeira da inacessível natureza da doença. Os sintomas deixam transparecer a figura invariável, um pouco em recato, visível e invisível da doença. A doença como algo da órbita do invisível é tornada transparente pelo sintoma. Esses deixam transparecer algo inaparente que é necessariamente um estado patológico determinado. O sintoma é, portanto, um fenômeno que, por definição, opõe-se ao estado de saúde. Para a medicina, o significado do sintoma como significante é sempre patológico (QUINET, 2000, p.118). O sintoma médico se vincula a outros sintomas cujo conjunto define a doença. Na sua articulação significante com outros sintomas acaba por fazer a doença. Como para a medicina, também a psicanálise entende o sintoma como um significante, porém não necessariamente com o significado patológico. Para a psicanálise, o sintoma como significante é um sinal do sujeito. O sintoma para a psicanálise não revela a verdade de uma doença orgânica, o que não quer dizer que não revele uma verdade, a verdade do sujeito do inconsciente. O significado de um sintoma para a psicanálise não

é a patologia. Esse, para a psicanálise, só pode ser considerado patológico por se referir ao pathos como padecimento do sujeito, já que ele padece da estrutura da linguagem. O sintoma revela esse padecimento. (QUINET. 2000. p.120).

O trauma, como o real vivido, está presente na teoria do sintoma formulada por Freud. Se o sintoma não está na base da doença, como na medicina, nem por isso deixa de falar a verdade: o sintoma fala a verdade do sujeito. Ele faz sofrer, é o que faz que as coisas não circulem, não funcionem. O sintoma, diz Lacan, é o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito. Símbolo escrito na areia da carne, ele participa da linguagem pela ambiguidade semântica sublinhado em sua constituição. O sintoma-símbolo indica sua constituição metafórica.

O sintoma é um símbolo da verdade do sujeito que não é indelével, pois está escrito na areia da carne, sendo, portanto, movediço, para lê-lo é necessário saber ler na areia, pois ele está à vista e não enterrado. O sintoma escrito na areia da carne está aparente, mas sua verdade é escamoteada na medida que sua constituição utiliza a propriedade da equivocidade do significante. Podemos então dizer que o sintoma constitui um monumento histórico, um marco da história do sujeito, ele é uma mensagem histórica da alienação do sujeito aos significantes do Outro. (QUINET, 2000, p.120).

Uma questão importante a ser constatada é que o sintoma possui sentido. Ele vela e desvela algo que o sujeito considera como uma mensagem endereçada a ele, fazendo parte de sua verdade. A psicanálise refere-se ao sintoma como um semidizer porque participa do enigma da verdade, ou seja, mesmo quando decifrado contém algo que continua velado ao sujeito. Mas, a que se refere um sintoma como um Real bem dito? Não seria um paradoxo falar de um Real dito, se o Real se caracteriza pelo impossível de ser dito? Segundo a psicanálise o bem dizer do sintoma é um dizer de verdade que toca o Real, é um dizer sobre o núcleo irreduzível do real do sintoma. O sintoma é definido por Lacan nos anos 1950 a partir do simbólico e nos anos 1970, a partir do Real, quando ele afirma que é do Real que se trata o sintoma.

Lacan aborda três faces do Real. O Real é o que retorna sempre ao mesmo lugar; o Real é definido a partir da modalidade lógica

do impossível, onde podem ser identificados dois tipos de impossíveis: o impossível de representar pois, não há como se atingir o Real pela representação, e o impossível do universal, posto que, se é impossível universalizar o Real, universal e Real se excluem. Do Real, somente o particular. Para Lacan, a terceira face do Real é o sintoma, o Real na medida que se coloca em cruz para impedir que as coisas funcionem, circulem, no sentido em que elas dão conta por si mesmas de maneiras satisfatórias. O sintoma, como impedimento ao andamento satisfatório do sujeito. Lacan continua: o sintoma como singularidade do sujeito, ou seja, é pela vertente do Real de seu sintoma que cada um afirma sua particularidade. O Real é aquilo que no sintoma resiste à interpretação, ou seja, o que não é do campo do sentido. Lacan afirma que o sintoma tem significação real.

O neoliberalismo interage com a Psicanálise numa via de mão dupla: as novas relações econômicas e sociais atuam sobre o sujeito, provocando o aparecimento de novos sintomas. Mas ficam questionamentos sobre os efeitos do laço capitalista no sujeito e nos territórios.

O rompimento de Fundão cria novas relações entre sujeitos, entre esses com seus corpos, com a produção de uma terra morta e com corpos adoecidos.

O luto tem sido uma necessidade de ritualizar a perda ao longo da bacia do Rio Doce. Essas marcações têm se dado na perspectiva do sintoma manifestando-se como doença ou não, mas com um dizer de verdade que toca o Real. Há de se reconhecer um território em luto e adoecido desde o dia 05 de novembro de 2015, quando as ecologias mental, social e ambiental continuam a passar por contínuos processos de violência e violação de seus direitos de existir. Mas há também de se reconhecer que esses mesmos povos expulsos são corpos desejantes e em luta. O desejo enquanto positividade, o inconsciente enquanto máquina, produzindo, conectando e ecoando resistências. O inconsciente é uma substância a ser fabricada, a fazer circular, um espaço social e político a ser conquistado. (PÁL PELBART, 2003, p.153-154). Nessa perspectiva, os povos em guerra do Vale do Rio Doce exercem suas possibilidades de desejar, lutar, resistir para mais uma vez territorializar, reassentar seus modos de existência. O desafio da sociedade brasileira diante do desastre da barragem de Fundão seria, dentre outras pautas, contribuir para reverter os processos de esquecimento e de naturalização dessas vias de expulsões predatórias.

Notas

1. Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais, deve ser devidamente armazenado. Disponível em: < <https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/o-que-e-barragem-de-rejeitos/>>. Acessado em: 26 de novembro de 2018.

2. PRISMMA - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde – NaVeS UFMg e com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG, Departamento de Saúde Mental, a pedido da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A Cáritas Regional MG é a responsável pela Assessoria Técnica dos Atingidos e Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Referências

ALDERMAN K, TURNER LR, TONG S. Floods and human health: A systematic review. **Environment International**, 2012: 37- 47.

CHAUÍ, Marilena. Laços do desejo. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990: 19-66.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**, São Paulo: Escuta, 1998. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Trad. Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Salma Tannus.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979. Trad. Roberto Machado.

FREITAS, Carlos Machado de *et al.* Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 2014.

MILANÊZ, Bruno. LOSEKANN, Cristiana. (Orgs). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

PÁL PELBART, Peter. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PRISMMA: **Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana** / Maila de Castro Lourenço das Neves *et al.* organizadores. – Belo Horizonte: Corpus, 2018

QUINET, Antônio. **A descoberta do Inconsciente**: do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Terra e Paz, 2016.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

***Monique Sanches Marques** é doutora em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/ PPG-AU/UFBA com período sanduíche em Paris, França, alocada no LAIOS/ CNRS/ Centre National de la Recherche Scientifique (L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/EHESS), mestre em Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais EAUFMG/ NPGAU, graduação em Arquitetura e Urbanismo. Professora Associada do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP (Univeridade Federal de Ouro Preto). E-mail: monique.marques@ufop.edu.br